



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640212 - SP (2021/0013895-2)

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PAULA BARBOSA CARDOSO - SP241325  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCIANO DE MOURA PASSOS SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANO DE MOURA PASSOS SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0002759-50.2020.8.26.0158).

O paciente foi condenado a pena de 5 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão, pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, tendo sido reconhecida anterior condenação pelo delito de tráfico na forma privilegiada, e teve indeferido o pleito para aplicação do percentual de 40% para a progressão de regime, nos termos do art. 112, inciso V, da Lei n. 13.964/2019, decisão que foi mantida pelo Tribunal *a quo* no agravo em execução interposto pela defesa.

A impetrante alega que o sentenciado não é reincidente específico em crimes hediondos ou a eles equiparados, e, assim, deve-se descontar 40% de sua pena, para que possa ser progredido ao regime menos gravoso, devendo incidir na espécie a lei penal mais benéfica, nos termos da nova redação do art. 112, inciso V.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para que seja realizada a correção do cálculo de penas, a fim de fazer constar o prazo de 40% para progressão de regime prisional, nos termos da nova redação do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista os fundamentos explicitados pelo Tribunal de origem, que se mostram, em princípio, idôneos (fls. 23-24).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência